



Município de Constância

Câmara Municipal

Ata n.º 6/2013

Data da Reunião Ordinária – 14 de março de 2013

Início da Reunião 14.30 horas

Termo da Reunião 17.30 horas

▪ **Membros da Câmara Municipal que compareceram à Reunião:**

Presidente: Máximo de Jesus Afonso Ferreira

Vereadores: Margarida Maria da Costa Alves Veríssimo

Maria Manuela Oliveira Arsénio

Rui José da Silva Pires

Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim

▪ **Responsável pela elaboração da Ata:**

Nome: Ana Silvério

Cargo: Coordenador Técnico



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 6/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2013

No uso da competência que me é conferida e dando cumprimento ao estipulado no artigo 87.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, A ORDEM DO DIA da reunião ordinária da Câmara Municipal, a realizar no dia 14 de março de 2013, com início pelas 14.30 horas, é a seguinte: -----

1. EXPEDIENTE -----

1.1 - 3.ª Modificação ao Orçamento e 3.ª Modificação às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) -----

1.2 - 4.ª Modificação ao Orçamento e 4.ª Modificação às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR) -----

1.3 - Escola Básica e Secundária Luís de Camões - Isenção de Pagamento (6.6.1.4) -----

1.4 - Santa Casa da Misericórdia de Constância - Agradecimento (2.2.24) -----

1.5 - Serviço de Urbanização e Edificação - Relação de Despachos - Mês de fevereiro / 2013

1.6 - Bens Imóveis transacionados no Concelho de Constância durante os meses de outubro e novembro de 2013 -----

2. BALANCETE E PAGAMENTOS -----

2.1 – Balancete -----

2.2 – Pagamentos -----

3. PATRIMÓNIO -----

3.1 - Concurso Público para adjudicação do Arrendamento do Espaço destinado a Comércio ou Serviços Indiferenciados, sito na Rua Luís de Camões, N.º 38, em Constância -----

3.2 - Venda de Equipamentos e Materiais em estado de Sucata -----

4. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS -----

4.1 - Designação e Nomeação de Técnicos para a realização de Vistorias no âmbito do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) -----

4.2 - Empreitada "Espaço Zêzere - Estrutura Modular de Utilização Polivalente" -----

4.3 - Empreitada "Substituição de Conduta de Água - Vale de Mestre / Pereira" - Pedido de Liberação da Caução -----

4.4 - Empreitada "Habitação Plurifamiliar, Comércio e Serviços - Rua Luís de Camões, N.º 38/38A - Constância" - Auto de Receção Definitiva -----

4.5 - Empreitada "Habitação Unifamiliar - Rua Luís de Camões, n.º 40/40A - Constância" - Auto de Receção Definitiva -----

4.6 - Empreitada "Centro Escolar de Montalvo" - Abertura de Concurso -----

5. EDUCAÇÃO E ENSINO -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 6/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2013

5.1 - Instituto Politécnico de Tomar - Associação ao Consórcio Erasmus Centro - Convite (7.9.8) -----

5.2 - Integração de 3 alunos da Escola Básica e Secundária Luis de Camões de Constância em trabalhos na Câmara Municipal de Constância ao abrigo do Estatuto do aluno -----

5.3 - Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas do Concelho de Constância - Cedência de sala no Centro Escolar de Constância -----

6. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL -----

6.1 - Abertura de Concurso Programa Viver Constância - Edição 2013 -----

7. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES -----

7.1 - CLAC - Clube de Lazer, Aventura e Competição - XXVIII Descida dos 3 Castelos 2013 (7.7.2.1) -----

7.2 - Santa Casa da Misericórdia de Constância - Pedido de Apoio (2.2.24) -----

8. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

9. APROVAÇÃO EM MINUTA -----

10. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO -----

Constância, 14 de março de 2013

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Máximo Jesus

(Máximo de Jesus Afonso Ferreira)

def.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 6/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2013

Aos catorze dias do mês de março do ano de dois mil e treze nesta Vila de Constância, no edifício dos Paços do Município e Sala de Sessões, reuniu a Câmara Municipal de Constância, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente, Máximo de Jesus Afonso Ferreira, achando-se igualmente presentes, os Vereadores Senhores(as): Margarida Maria da Costa Alves Veríssimo, Maria Manuela de Oliveira Arsénio, Rui José da Silva Pires e Júlia Maria Gonçalves Lopes de Amorim. -----

Estiveram também presentes na reunião: Ana Silvério, Coordenador Técnico; Jorge Heitor, Chefe da Divisão de Obras Municipais e Ambiente. -----

Verificando-se quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram catorze horas e trinta minutos. -----

ANTES DA ORDEM DO DIA

O Senhor Presidente solicitou a inclusão de um novo ponto na ordem de trabalhos “Associação de Pais e Encarregados de Educação do Agrupamento de Escolas do Concelho de Constância – Cedência de sala no Centro Escolar de Constância”, tendo sido aprovado, por unanimidade.-----

Os Vereadores do Partido Socialista propõem um **voto de saudação ao novo Papa, Francisco**. Manifestam a sua esperança de que, com a sua humildade, carisma e humanidade contribua fortemente para a união entre os povos, para o apoio aos mais desfavorecidos e para a boa condução dos desígnios da Igreja.-----

Mais propõem que este voto seja encaminhado para a Diocese de Portalegre-Castelo Branco e para as paróquias do concelho.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista.-----

Questões colocadas pelos Vereadores do Partido Socialista: “1 – ALDEIA DE SANTA MARGARIDA – EM592 – Relembramos a existência do exagerado número de lombas nessa estrada municipal, há cerca de meia dúzia de anos. Passámos do exagero para a ausência! Chamamos à atenção para a concentração de equipamentos e serviços nessa estrada, na localidade da Aldeia de Santa Margarida; Descendo desde o Parque Ambiental encontramos a casa mortuária, o centro de saúde, instalações dos bombeiros, a farmácia, a sede da junta de freguesia, vários estabelecimentos comerciais e o centro escolar de Santa Margarida.-----

O bom piso e a descida proporcionam excessos de velocidade, o que pelos movimentos próprios, em determinadas horas do dia e da noite, criam situações de risco elevado.-----

Estando o centro escolar a funcionar há quase 2 anos e sabendo de intenções anteriores para a adoção de medidas de regulação da velocidade automóvel, estranha-se que não tenham



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 6/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2013

sido projetadas e concretizadas. Faz-se por isso um forte apelo a que, com urgência, se analise a situação e se adote um boa solução para proteção da população e muito particularmente dos utentes dos espaços / serviços e das crianças em idade escolar”.-----

A Vereadora Manuela Arsénio informou o seguinte: “A questão foi avaliada no sentido de a empresa a quem for adjudicada a requalificação da Estrada das Hortas, coloque duas ou três lombas nessa estrada, depois de auscultados os proprietários das moradias situadas nessa mesma via”.-----

“2 – LOCALIDADE DA PEREIRA – Que investimentos foram ou vão ser ainda concretizados neste mandato nessa localidade? Estão devidamente analisadas as sugestões a ela destinadas e apresentadas no âmbito do Plano Estratégico Constância 2020? Será que finalmente se vão corrigir os erros do PDM quanto à classificação de todo o povoado como reserva agrícola e/ou ecológica? Será em 2013 que finalmente se tenta emendar (mesmo que tardiamente) o destino de despovoamento e desinvestimento nesse lugar, a que ficou votado pelo PDM original, impedindo a edificação de habitações e de instalações diversas?”-----

O Senhor Presidente informou o seguinte: “A classificação da localidade como “aglomerado urbano” está prevista no PDM, agora em fase de finalização para ser aprovado. Quanto a investimentos, está prevista a instalação de uma pequena ETAR para abranger um grupo de habitações, admitindo-se, no entanto, alargar o projeto para abranger todo o aglomerado, decisão que só poderá ser concretizada após a aprovação do PDM”.-----

“3 – POSTO MÉDICO DE MONTALVO – Atendendo aos acontecimentos recentes, designadamente os referidos na informação n.º10/2013 de 12/março/2013, manifestamos preocupação e solidariedade e incentivamos a procura da melhor solução junto dos organismos que tutelam os serviços de saúde. Por isso mesmo pretendemos também saber que contactos em concreto existiram já este ano por parte da Câmara Municipal.”-----

A Vereadora Júlia Amorim informou o seguinte: “No seguimento do pedido de agendamento de reunião à Senhora Diretora Executiva do Aces Médio Tejo, foi-nos comunicado que somente seria possível durante o mês de março. Inconformados com a resposta por considerarmos tardia a data para a reunião, abordamos, sem prévio aviso, a Diretora executiva aquando de uma das vindas ao Centro de Saúde de Constância. Nesse breve contacto foram abordados os assuntos relativos à situação do posto médico de Montalvo e da deslocalização da sede do Aces. Foi também transmitido que o agendamento da reunião seria logo que possível. No dia 11 de Março ao ter conhecimento por utentes da extensão de saúde de Montalvo que a mesma, deixaria de ter médico a partir do próximo dia 25 de março, foi enviado de imediato um e-mail à Senhora Diretora executiva do Aces a solicitar



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 6/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2013

esclarecimentos. No dia 12 de Março, de manhã, o Dr. Fernando Siborro contactou-me telefonicamente informando da decisão de atribuição de médico de família aos utentes do posto médico de Montalvo, mas que seriam atendidos em Constância, tendo-se disponibilizado para participar numa reunião onde prestaria esclarecimentos à população, tendo ficado marcada uma reunião com a população para o dia 15 de março pelas 18h30m na Casa do Povo de Montalvo. Ainda no dia 12 de Março o Senhor Presidente da Câmara expos telefonicamente a situação ao Senhor Presidente do Conselho Diretivo da ARSLVT".-----

"4 – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO ECO PARQUE DO RELVÃO – À falta de notícias em relação a esta comissão, pretendem-se as devidas informações sobre: quantas reuniões aconteceram, que decisões importantes foram tomadas e que efeitos podem daí advir para o concelho de Constância."-----

A Vereadora Manuela Arsénio informou o seguinte: "A última reunião sobre este assunto decorreu no concelho da Chamusca á cerca de um ano".-----

"5 – BORBOLETÁRIO – Pela análise ao expediente apresentado como ponto 1. na presente reunião constata-se que, depois de concluída a obra, detetou-se ser necessário proceder à alteração da potência do quadro elétrico instalado.... Lamenta-se mais este encargo (de cerca de 10 mil euros) e pergunta-se como foi possível tal suceder. Salienta-se ainda o provável aumento de encargos de funcionamento. Caso existam já estimativas para os custos energéticos dessa nova infraestrutura pretende-se saber quais são esses valores mensais."-----

O Senhor Presidente informou o seguinte: "Reconheceu-se a necessidade de uma nova baixada elétrica, devido ao indispensável aumento de potência, assunto que a EDP não tem resolvido com a celeridade desejada. Quanto a custos e sustentabilidade, a candidatura implicou um estudo de viabilidade, em relação ao qual continuam as expetativas de que seja realista".-----

Em seguida, passou-se à discussão e análise dos assuntos incluídos na Ordem de Trabalhos, cuja cópia fica a fazer parte integrante da presente ata, tendo sido tomadas as seguintes deliberações:-----

ORDEM DO DIA

1. EXPEDIENTE

1.1 - 3.ª MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E 3.ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR): Foi presente 3.ª Modificação ao Orçamento e 3.ª Modificação às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR). -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 6/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2013

1.2 - 4.ª MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO E 4.ª MODIFICAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO (PPI E AMR): Foi presente 4.ª Modificação ao Orçamento e 4.ª Modificação às Grandes Opções do Plano (PPI e AMR). -----

1.3 - ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA LUÍS DE CAMÕES: Ofício n.º 46/013, datado de 22 de fevereiro de 2013, agradecendo a isenção do pagamento à utilização de autocarro. -----

1.4 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONSTÂNCIA: Ofício n.º 119/2013, datado de 26 de fevereiro de 2013, agradecendo a isenção do pagamento de taxas de ligação do ramal de água, ao edifício em construção do “Lar de Idosos em Santa Margarida da Coutada”. -----

1.5 - SERVIÇO DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO - RELAÇÃO DE DESPACHOS - MÊS DE FEVEREIRO / 2013: Foi presente relação de todos os despachos exarados pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, sobre todos os processos de operações urbanísticas particulares, e ainda das licenças, autorizações e comunicações prévias emitidas no decorrer do passado mês de fevereiro. -----

1.6 - BENS IMÓVEIS TRANSACIONADOS NO CONCELHO DE CONSTÂNCIA DURANTE OS MESES DE OUTUBRO E NOVEMBRO DE 2013: Foi presente relação dos bens imóveis transacionados no Concelho de Constância durante os meses de outubro e novembro de 2013. -----

-----2. BALANCETE E PAGAMENTOS-----

2.1 – BALANCETE: A Câmara tomou conhecimento dos saldos existentes de harmonia com o Resumo Diário de Tesouraria referente ao dia 13 de março de 2013, o qual apresenta os seguintes saldos em euros: -----

Em Cofre: € 2.205,60 (dois mil duzentos e cinco euros e sessenta centimos); **Instituições de Crédito: € 465.524,62** (quatrocentos e sessenta e cinco mil quinhentos e vinte e quatro euros e sessenta e dois centimos); **Aplicações de Tesouraria: € 4.533,50** (quatro mil quinhentos e trinta e três euros e cinquenta centimos); **Soma: € 472.968,72** (quatrocentos e setenta e dois mil novecentos e sessenta e oito euros e setenta e dois centimos); **Em Documentos: € 16.888,56** (dezasseis mil oitocentos e oitenta e oito euros e cinquenta e seis centimos); **TOTAL: € 489.857,28** (quatrocentos e oitenta e nove mil oitocentos e cinquenta e sete euros e vinte e oito centimos); **Discriminação do Saldo em Dinheiro: - Receitas Próprias: € 333.045,52** (trezentos e trinta e três mil quarenta e cinco euros e cinquenta e dois centimos); **- Operações de Tesouraria: € 139.923,20** (cento e trinta e nove mil novecentos e vinte e três euros e vinte centimos). -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 6/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2013

2.2 – PAGAMENTOS

Dando cumprimento ao preceituado no n.º 3, do art.º 65 da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações posteriormente introduzidas, foi presente a relação de todos os pagamentos efetuados e autorizados no período 25/02/2013 a 08/03/2013, na importância global de € 67.639,99 (sessenta e sete mil seiscientos e trinta e nove euros e noventa e nove cêntimos).

3. PATRIMÓNIO

3.1 - CONCURSO PÚBLICO PARA ADJUDICAÇÃO DO ARRENDAMENTO DO ESPAÇO DESTINADO A COMÉRCIO OU SERVIÇOS INDIFERENCIADOS, SITO NA RUA LUÍS DE CAMÕES, N.º 38, EM CONSTÂNCIA

Não foi apresentada qualquer proposta.

3.2 - VENDA DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS EM ESTADO DE SUCATA

INFORMAÇÃO: “Pretende o Município de Constância vender diversos equipamentos e materiais em estado de sucata, conforme os lotes abaixo discriminados:

Lote 1: Autocarro Toyota Dyna Diesel Bujol, matrícula NT-92-80, do ano de 1983;

Lote 2: Renault 4GTL, matrícula PA-96-67, do ano de 1988;

Lote 3: Fogão Industrial;

Lote 4: Salamandra 1;

Lote 5 Salamandra 2;

Lote 6: Material de sucata em ferro;

Lote 7: Material de sucata em alumínio;

Lote 8: Extintores;

Solicita-se autorização para se proceder à avaliação pela Comissão de Avaliação do património Municipal, dos lotes acima mencionados e posterior abertura de Concurso Público para a sua venda.”

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a avaliação dos lotes mencionados.

4. OBRAS MUNICIPAIS E FORNECIMENTOS

4.1 - DESIGNAÇÃO E NOMEAÇÃO DE TÉCNICOS PARA A REALIZAÇÃO DE VISTORIAS NO ÂMBITO DO REGIME JURÍDICO DA URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO (RJUE)

INFORMAÇÃO DA DOMA: “Em referência ao assunto designado em epígrafe, a Câmara Municipal de Constância em reunião de 11 de dezembro de 2009, de acordo com a informação n.º 97/2009, de 2 de dezembro, prestada pela Arq.ª Manuela Lopes, na qualidade



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 6/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2013

chefe da então DDP, deliberou concordar com a proposta apresentada para a composição da Comissão de Vistorias no âmbito do RJUE. -----

Refiro-me designadamente, a vistorias para autorização de utilização dos edifícios, caso o Presidente da Câmara Municipal assim o determine, ao abrigo do n.º 2 do artigo 64º do D. Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação que lhe foi conferida pela Lei n.º 60/2007, de 4 de setembro, vistorias relativas à utilização e conservação do edificado, n.º 2 e 3 do artigo 89º do RJUE (dever de conservação), incluindo ainda a realização de vistorias no âmbito da receção provisória e definitiva das obras de urbanização (artigo 87º) e de inspeções (artigo 95º) e vistorias (artigo 96º) no exercício da atividade de fiscalização da execução de operações urbanísticas (artigo 90º). -----

Em virtude da Arq.ª Manuela Lopes se encontrar ausente por motivos de doença, por um período de tempo com relevância para o bom andamento das atividades da responsabilidade daquela Comissão, conforme o disposto nos artigos 65º e 90º, tem a presente informação como objetivo colocar à consideração do Executivo Camarário a seguinte composição: -----

1-Jorge Manuel Monteiro Marques Heitor, Eng.º, chefe da Divisão de Obras Municipais e Ambiente -----

2-Sérgio Paulo Fernandes Correia, Eng.º Civil, técnico superior da DOMA -----

3-Marco Alexandre faria Russo, Assistente Técnico da DOMA -----

Em função do disposto, verifica-se que a alteração proposta, pelos fundamentos atrás referidos, consiste apenas em substituir a Arq.ª Manuela Lopes pelo Eng.º Sérgio Correia e em substituição deste o Eng.º Gonçalo Daniel da Silva Germano, técnico superior da DOMA. No restante serão mantidas as condições expressas naquela informação técnica, cuja cópia se anexa, isto é, sempre que se verifique a necessidade de resolução de questões, quer no âmbito higiénico ou sanitário, salubridade e condições de habitabilidade, perigo para a saúde pública, segurança e prevenção, manter-se-ão os representantes da Autoridade de Saúde de Nível Municipal, do Coordenador do Serviço Municipal de Proteção Civil e do Veterinário Municipal.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a alteração à composição da Comissão de Vistorias. -----

4.2 - EMPREITADA "ESPAÇO ZÊZERE - ESTRUTURA MODULAR DE UTILIZAÇÃO POLIVALENTE" -----

INFORMAÇÃO DA DOMA: “Com a entrada em vigor do Decreto - Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, é estabelecido no ponto 4 do seu artigo 12.º que “ O prazo fixado no contrato para a execução da obra não começa a correr antes que o dono da obra comunique à entidade

4-
def.



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 6/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2013

executante a aprovação do plano de segurança e saúde”, daqui se pressupõe que a consignação da empreitada, tal como definida no artigo 359.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, deverá ser feita apenas após, ou em simultâneo, com a comunicação à entidade executante da aprovação do plano de segurança e saúde. -----

A data da assinatura do contrato da empreitada referida em epígrafe, foi 21 de fevereiro de 2013, data que marca, à luz do ponto 1 do 359.º do Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, o início do prazo de 30 dias para a realização da consignação. Assim, esta deverá ser feita até 23 de março de 2013, uma vez que o referido prazo de 30 dias termina nessa dia, porém, como já referido, com a entrada em vigor do Decreto - Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, deverá até esta mesma data ser comunicada à entidade executante a aprovação do plano de segurança e saúde. Acontece que, no ponto 1 do artigo 12.º deste último diploma, “O desenvolvimento e as alterações do plano de segurança e saúde referidos nos n.ºs 1 e 3 do artigo anterior devem ser validados tecnicamente pelo coordenador de segurança em obra e aprovados pelo dono da obra, passando a integrar o plano de segurança e saúde para a execução da obra”, pelo que é evidente que o dono da obra terá que designar um coordenador de segurança em obra, aliás como estabelecido no ponto 2 do artigo 9.º do Decreto - Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, cumprindo o estipulado no ponto 3 do mesmo artigo, onde se lê “ A atividade de coordenação de segurança, em projeto ou em obra, deve ser exercida por pessoa qualificada, nos termos previstos em legislação especial, e ser objeto de declaração escrita do dono da obra, acompanhada de declaração de aceitação subscrita pelo coordenador ou coordenadores, ...” -----

Com vista à clarificação do que é entendido por “ pessoa qualificada, nos termos previstos em legislação especial ”, foi solicitada informação em ofício via FAX ao IDICT, para que com essa clarificação pudesse esta Autarquia nomear o coordenador de segurança em obra, que procederia à validação técnica do plano de segurança para posterior aprovação, consignação e início dos trabalhos da empreitada. -----

Em resposta, o IDICT, informa que “ Relativamente às habilitações necessárias para a nomeação do Coordenador de Segurança em obra, encontra-se em discussão pública o projeto de diploma, publicado no Boletim de Trabalho... “. Por não terem estes Serviços conhecimento que posteriormente tenha sido aprovada e publicada a referida legislação, não foi ainda nomeado o coordenador de segurança em obra. -----

Perante o exposto, é minha opinião, na qualidade de técnico da Autarquia responsável da empreitada, que: -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 6/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2013

- Tendo o empreiteiro adjudicatário, “ECOEDIFICA, Ambiente e Construções, S.A.”, entregue o desenvolvimento do plano de segurança e saúde para a execução da obra, uma vez que a Autarquia não tem nomeado o coordenador de Segurança em Obra, figura com competência para aprovar o PSS, o mesmo deveria ser anexo ao plano de segurança e saúde fornecido em fase de concurso, não o substituindo mas complementando-o nas partes em que seja mais completo ou rigoroso. -----
- O prazo legal para a consignação da empreitada termina no próximo dia 23 de março. No entanto, com a proximidade das festas do concelho, cujas atividades se realizam na sua maioria naquela zona, o início dos trabalhos tornava-se urgente, pelo que existindo condições técnicas para esse efeito, foi assinado no passado dia 27 de fevereiro o respetivo auto de consignação dos trabalhos, encontrando-se no entanto o PSS entregue pela empresa adjudicatária em condições de ser aprovado pelo dono de obra. Considerando o facto da próxima reunião de Câmara só ocorrer a 14 de março, tem a presente informação como objetivo, propor a validação do referido PSS e posteriormente comunicar ao empreiteiro a aprovação do mesmo, devendo a empreitada estar concluída no prazo máximo de 90 dias após a data da assinatura da consignação, ou seja, a 27 de maio de 2013. -----
- Deverá ser nomeado um Coordenador de Segurança em Obra e feita a comunicação prévia da abertura do estaleiro à Inspeção Geral do Trabalho, assim que sejam conhecidas as qualificações necessárias para o desempenho das funções de coordenador de segurança. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a empreitada "Espaço Zêzere - Estrutura Modular de Utilização Polivalente".-----

4.3 - EMPREITADA "SUBSTITUIÇÃO DE CONDUTA DE ÁGUA - VALE DE MESTRE / PEREIRA" - PEDIDO DE LIBERAÇÃO DA CAUÇÃO -----

INFORMAÇÃO DA DOMA: “Em referência ao assunto designado em epígrafe, foi requerido pelo empreiteiro a liberação da caução da empreitada supracitada, de acordo com o estabelecido no n.º 1 do artigo 4, do Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto. -----

Desta forma foi elaborado um auto de vistoria que se anexa, assinado respetivamente, pelo representante do empreiteiro e pelo representante do dono de obra, não se vendo qualquer inconveniente em que o mesmo seja aprovado, podendo caso o executivo delibere no sentido favorável, liberar 15% da caução em poder do Município, nos termos do n.º 1 do artigo 3º,



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 6/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2013

conjugado com a alínea c) do n.º 2 do mesmo artigo, uma vez que decorreu mais de três anos da data da receção provisória da empreitada em apreço e que ocorreu a 04/01/2010. -----

Mais se informa, que os restantes 25% da caução, serão liberados mediante a realização de um auto de vistoria, por cada pedido requerido pela empresa adjudicatária, nos termos e condições estabelecidas nas alíneas d) e e) do n.º 2 do mesmo artigo 3.º.” -----

AUTO DE VISTORIA PARA LIBERAR GARANTIAS BANCÁRIAS: “Aos vinte e oito (28) de fevereiro de dois mil e treze compareceram na obra acima mencionada por parte do MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA, o Sr.º Eng.º Sérgio Paulo Fernandes Correia e Sr.º _____ representante da firma MENDES & GONÇALVES, SA., adjudicatário da citada obra conforme consta do respetivo contrato celebrado entre esta Câmara Municipal e o empreiteiro, a fim de se proceder à vistoria para efeitos de liberação de caução de acordo com artigo 4º do Decreto-lei n.º 190/2012 de 22 de agosto. -----

E tendo-se procedido à vistoria verificou-se que: -----

Primeiro: - Todos os trabalhos executados estavam conforme as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis; -----

Segundo: - Que todos os trabalhos previstos no Mapa de Trabalhos que serviu de base à adjudicação da presente empreitada, estavam executados; -----

Terceiro: - Nenhuma observação havendo fazer-se e tendo-se constatado que tudo se encontrava conforme as prescrições técnicas regulamentares que presidiam à presente empreitada, se lavrou o presente Auto de Vistoria, que, depois de lido em voz alta, foi julgado conforme e vai ser assinado.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a liberação de caução. -----

4.4 - EMPREITADA "HABITAÇÃO PLURIFAMILIAR, COMÉRCIO E SERVIÇOS - RUA LUÍS DE CAMÕES, N.º 38/38A - CONSTÂNCIA" - AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA -----

INFORMAÇÃO DA DOMA: “Em referência ao assunto designado em epígrafe, embora a legislação na data da abertura do respetivo concurso, Decreto-Lei n.º 59/99 de 2 de Março, não seja clara quanto à necessidade ou não do Executivo Camarário ter que deliberar sobre os autos de receção definitivas das empreitadas, sugere-se que o mesmo seja aprovado mediante deliberação do Executivo Camarário em reunião ordinária, uma vez que é sempre referido no citado diploma legal, a designação de dono de obra, muito embora o auto de vistoria possa ser feito por um representante do dono da obra, de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 217º do citado Decreto-Lei. -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 6/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2013

Em função do exposto, propõe-se que o *auto de receção definitiva* da empreitada supra citada e que se anexa, elaborado nos termos dos artigos 394º e 395º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, adiante designado por CCP, atualmente em vigor e que revogou o DL 59/99, de 2 de março, seja submetido à aprovação do Executivo Camarário, nos termos e condições que estão devidamente identificadas no seu conteúdo. -----

Mais se informa que, serão aplicados à vistoria e ao auto de receção definitiva, os preceitos que regulam a receção provisória da respetiva empreitada, quanto às mesmas matérias, de acordo com o estipulado no n.º 6 dos artigos 395 do CCP, legislação atualmente em vigor.”

AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA: “Da empreitada, “Habitação Plurifamiliar, Comércio e Serviços – Rua Luís de Camões, n.º 38/38A – Constância”, adjudicada a ALPESO – CONSTRUÇÕES, SA., pelo MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA, por contrato de treze de abril de dois mil e sete, pela importância de € 97.495,90 (Noventa e Sete Mil Quatrocentos e noventa e Cinco Euros e Noventa Cêntimos). -----

Aos Vinte e Oito (28) dias de fevereiro de Dois Mil e Treze, compareceram no local da obra o Sr.º Eng.º Sérgio Paulo Fernandes Correia como representante do dono da obra e a Sr.ª Eng.ª Célia Márcia Marques Vicente como representante do adjudicatário, tendo verificado que os trabalhos se encontravam bem conservados, razão porque a considera em condições de ser recebida definitivamente. -----

E nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente auto que vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a receção definitiva. -----

4.5 - EMPREITADA "HABITAÇÃO UNIFAMILIAR - RUA LUÍS DE CAMÕES, N.º 40/40A - CONSTÂNCIA" - AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA -----

INFORMAÇÃO DA DOMA: “Em referência ao assunto designado em epígrafe, embora a legislação na data da abertura do respetivo concurso, Decreto-Lei n.º 59/99 de 2 de Março, não seja clara quanto à necessidade ou não do Executivo Camarário ter que deliberar sobre os autos de receção definitivas das empreitadas, sugere-se que o mesmo seja aprovado mediante deliberação do Executivo Camarário em reunião ordinária, uma vez que é sempre referido no citado diploma legal, a designação de dono de obra, muito embora o auto de vistoria possa ser feito por um representante do dono da obra, de acordo com o estipulado no n.º 3 do artigo 217º do citado Decreto-Lei. -----

Em função do exposto, propõe-se que o *auto de receção definitiva* da empreitada supra citada e que se anexa, elaborado nos termos dos artigos 394º e 395º do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, adiante designado por CCP, atualmente em vigor e que revogou o



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 6/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2013

DL 59/99, de 2 de março, seja submetido à aprovação do Executivo Camarário, nos termos e condições que estão devidamente identificadas no seu conteúdo. -----

Mais se informa que, serão aplicados à vistoria e ao auto de receção definitiva, os preceitos que regulam a receção provisória da respetiva empreitada, quanto às mesmas matérias, de acordo com o estipulado no n.º 6 dos artigos 395 do CCP, legislação atualmente em vigor.”

AUTO DE RECEÇÃO DEFINITIVA: “Da empreitada, “Habitação Unifamiliar – Rua Luís de Camões, n.º 40/40A – Constância”, adjudicada a ALPESO – CONSTRUÇÕES, SA., pelo MUNICÍPIO DE CONSTÂNCIA, por contrato de quinze de junho de dois mil e sete, pela importância de € 57.565,12 (Cinquenta e Sete Mil Quinhentos e Sessenta e Cinco Euros e Doze Cêntimos). -----

Aos Vinte e Oito (28) dias de fevereiro de Dois Mil e Treze, compareceram no local da obra o Sr.º Eng.º Sérgio Paulo Fernandes Correia como representante do dono da obra e a Sr.ª Eng.ª Célia Márcia Marques Vicente como representante do adjudicatário, tendo verificado que os trabalhos se encontravam bem conservados, razão porque a considera em condições de ser recebida definitivamente. -----

E nada mais havendo a tratar, foi lavrado o presente auto que vai ser assinado pelas pessoas que nele intervieram.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a receção definitiva. -----

4.6 - EMPREITADA "CENTRO ESCOLAR DE MONTALVO" - ABERTURA DE CONCURSO -----

INFORMAÇÃO DA DOMA: “Em referência à empreitada designada em epígrafe, a mesma tem como objetivo submeter à consideração do executivo camarário, na qualidade de órgão competente para a decisão de contratar a deliberação de abertura de concurso público, nos termos e condições que se passam de seguida a descrever: -----

- 1- O projeto de execução de arquitetura e especialidades do centro escolar de Montalvo foi aprovado em reunião do Executivo Camarário, de 31 de janeiro de 2013, respetivamente nos termos das informações n.º 55/2012 da chefe da DGPU e a n.º 1/2013, de 24 de janeiro da DOMA; -----
- 2- O programa de procedimento da empreitada de obra pública supracitada, foi aprovado na mesma reunião do Executivo Camarário, de 31 de janeiro, incluindo O Plano de Segurança e Saúde, o programa de concurso, o Caderno de Encargos com as Cláusulas Técnicas Gerais e Especiais e o Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição nos termos da legislação específica em vigor, conforme informação n.º 20/2013 da DOMA, de 28 de janeiro; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 6/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2013

- 3- Foi aprovada na reunião do Executivo Camarário de 14 de fevereiro último a primeira revisão do orçamento de 2013, nos termos da informação técnica n.º 28/2013, de 5 de fevereiro da DOMA, complementada pela informação do serviço de contabilidade, de acordo com a distribuição de verba pelos três anos de 2013, 2014 e 2015, considerando o fato de se tratar de um investimento plurianual;
- 4- Foi ainda aprovada por unanimidade na reunião da assembleia municipal de 28 de fevereiro, a primeira revisão do orçamento de 2013, nos termos e condições da deliberação de câmara de 14 de fevereiro de 2013; -----

Em função do disposto, tem a presente informação como objetivo, e uma vez reunidas todas as premissas necessárias, quer em termos do enquadramento com o código de contratos públicos, definido pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, adiante designado simplesmente por CCP, quer sob o ponto de vista de cabimentação de verba pelo serviço de contabilidade, propõe-se que seja deliberado pelo Executivo Camarário, como órgão competente para a decisão de contratar, a abertura do procedimento de concurso público, nos termos do artigo 38º do CCP.” -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a abertura do procedimento de concurso público. -----

-----5. EDUCAÇÃO E ENSINO-----

5.1 - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR: E-mail datado de 6 de fevereiro de 2013, convidando esta autarquia a integrar na Associação ao Consórcio Erasmus Centro.

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a integração da autarquia na Associação ao Consórcio Erasmus Centro. -----

5.2 - INTEGRAÇÃO DE 3 ALUNOS DA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA LUIS DE CAMÕES DE CONSTÂNCIA EM TRABALHOS NA CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA AO ABRIGO DO ESTATUTO DO ALUNO: E-mail datado de 11 de

março de 2013, solicitando a esta autarquia a possibilidade de alguns alunos do 12.º ano realizarem atividades de integração na comunidade. -----

INFORMAÇÃO: “A Escola Básica e Secundária Luís de Camões solicita autorização para a integração de 3 alunos, que frequentam o 12.º ano no Curso Profissional de Cozinha e Pastelaria, na realização de atividades na área da conservação e manutenção dos espaços públicos durante 7 horas diárias entre os dias 18 e 22 de março de 2013. -----

Visto estas medidas estarem devidamente enquadradas no Regulamento Interno do Agrupamento, os alunos estarão abrangidos pelo seguro escolar. -----

Mediante o solicitado, proponho a aprovação do mesmo.” -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 6/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2013

A Câmara deliberou por maioria, com duas abstenções dos Vereadores do Partido Socialista, aprovar a autorização para a integração dos alunos. -----

Declaração de Voto: “Os vereadores do PS declaram ter dúvidas não esclarecidas relativamente a tratar-se de uma medida corretiva disciplinar ou de reposição de tempos equivalentes a tempos letivos no âmbito de que componente do curso, estranhando-se, nesse caso, que 35 horas de um Curso Profissional de Cozinha Pastelaria possam ser substituídas por atividades na área da conservação e manutenção de espaços públicos.” -----

5.3 – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO DO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DO CONCELHO DE CONSTÂNCIA:

Carta datada de 13 de março de 2013, solicitando a cedência de uma sala no Centro escolar de Constância, para a realização de reuniões de atendimento aos pais e encarregados de educação. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a cedência da sala. -----

6. SAÚDE E AÇÃO SOCIAL

6.1 - ABERTURA DE CONCURSO PROGRAMA VIVER CONSTÂNCIA - EDIÇÃO 2013

INFORMAÇÃO: “Considerando que a edição de 2012 do programa Viver Constância se encontra concluída emerge a necessidade de iniciar nova edição. Para tal sugere-se que se defina, como previsto no n.º 7 do artigo 3.º do Regulamento, as instalações sanitárias como intervenção a apoiar nesta edição. -----

Indica-se ainda que deve ser lançado o procedimento nos seguintes moldes: -----

- Deve ser condição base para prestar o apoio existente soluções técnicas e financeiras viáveis para o problema a colmatar. As ligações à rede de esgotos devem ser efetuadas pelos técnicos da câmara; -----

- Tratando-se de uma intervenção cujos preços dos materiais podem variar bastante, deve ser disponibilizada aos concorrentes uma listagem com os preços máximos dos materiais (elaborada pela DOMA); -----

- Nos 3 orçamentos a apresentar pelos candidatos deve constar, em separado, o valor da mão-de-obra e dos materiais (devido às diferenças da taxa de IVA entre cada um); -----

- Nos casos em que não existir instalação sanitária deve ser construída nos termos da lei, ou seja, deverá ter lavatório, bidé, sanita e banheira ou aqueles que o espaço em questão permitir; -----

- Nos casos de simples recuperação devem ser considerados os equipamentos já existentes; --

Os prazos do concurso devem ser os que constam em regulamento a contar a partir da data de abertura do concurso.” -----



CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA

ATA N.º 6/2013 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 14-03-2013

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar a abertura de Concurso Programa Viver Constância – Edição 2013. -----

-----7. CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES-----

7.1 - CLAC - CLUBE DE LAZER, AVENTURA E COMPETIÇÃO: Ofício n.º 75/13 datada de 01 de março de 2013, solicitando apoio para a realização do XXVIII Descida dos 3 Castelos 2013, que irá ser levado a efeito no próximo dia 30 de março do corrente ano.

A Câmara deliberou por unanimidade, aprovar o apoio solicitado. -----

7.2 - SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CONSTÂNCIA: Ofício n.º 137/2013, datado de 01 de março de 2013, solicitando autorização para a instalação de um carrossel, durante os dias da Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem / Festas do Concelho 2013. -----

A Câmara deliberou por unanimidade, autorizar a colocação de um carrossel e isentar o pagamento das taxas devidas. -----

-----8. PERÍODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

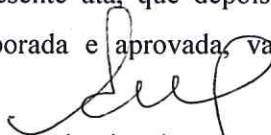
Não se registou nenhuma intervenção do público. -----

-----9. APROVAÇÃO EM MINUTA-----

Ao abrigo do que dispõe o número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a presente ata em minuta no final da reunião, considerando-se todas as deliberações constantes na mesma, onde não esteja registado expressamente o contrário, aprovadas por unanimidade, por todos os membros presentes. -----

-----10. ENCERRAMENTO DA REUNIÃO-----

E não havendo mais nada a tratar o Senhor Presidente declarou encerrada a presente reunião, eram dezassete horas e trinta minutos. -----

Para constar e devidos efeitos, se lavrou a presente ata, que depois de considerada em conformidade com a minuta previamente elaborada e aprovada, vai ser assinada pelo Excelentíssimo Senhor Presidente e por mim , Coordenador Técnico, servindo de Secretário, que redigi, subscrevi e igualmente assino, nos termos do número dois do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove, de dezoito de setembro. -----

O Presidente da Câmara,



O Coordenador Técnico,

